

A BNCC COMO CURRÍCULO: IMPACTOS NA FORMAÇÃO INTEGRAL DOS SUJEITOS

Marina Silva da Luz
Alexandra Vanessa de Moura Baczinski  0000-0002-3041-4090
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

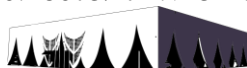
RESUMO: A presente pesquisa consiste em compreender a Base Nacional Comum Curricular aprovada em versão final em dezembro de 2018, e o conceito de formação integral nela explicitado. Buscamos demonstrar como a Base deixa uma defasagem no que se refere à formação integral dos sujeitos. Levando em consideração que a mesma se colocou nas escolas como um currículo o que de certa forma contribui ainda mais para uma formação unilateral em oposição a formação omnilateral. O tema “formação integral” também se encontra no centro do debate educacional dos últimos anos, estando presente em diferentes documentos e legislações, nacionais e internacionais, o que nos levou a necessidade de estudar acerca deste conceito. Desta forma buscamos compreender: Em que medida a organização curricular por competências, proposta na BNCC, pode promover uma formação integral do sujeito? Para tanto realizamos o estudo do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, além de artigos que tratam com muita clareza do assunto, a fim de analisar a possibilidade de formação integral a partir da organização curricular nela proposta; bem como compreender o conceito de desenvolvimento omnilateral desenvolvido por Karl Marx; analisar o conceito de “formação integral” apresentado na BNCC; e caracterizar a proposta curricular definida na BNCC de modo a considerar as possibilidades de a educação escolar proporcionar um desenvolvimento integral do sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Formação integral; Base Nacional Comum Curricular; Currículo.

BNCC AS A CURRICULUM: IMPACTS ON THE COMPREHENSIVE TRAINING OF SUBJECTS

ABSTRACT: The present research consists of understanding the Common National Curriculum Base approved in its final version in December 2018, and the concept of comprehensive training explained in it. We seek to demonstrate how the Base leaves a gap with regard to the integral training of subjects. Taking into account that it was placed in schools as a curriculum, which in a way contributes even more to a unilateral training as opposed to universal training. The theme “comprehensive training” is also at the center of the educational debate in recent years, being present in different documents and legislation, national and international, which led us to the need to study about this concept. In this way, we seek to understand: To what extent can the curriculum organization by competences, proposed in the BNCC, promote an integral formation of the subject? For this purpose, we carried out the study of the document of the Common National Curriculum Base (BNCC) of 2018, in addition to articles that deal with the subject very clearly, in order to analyze the possibility of comprehensive training based on the curricular organization proposed therein; as well as understanding the concept of omnilateral development developed by Karl Marx; analyze the concept of “comprehensive training” presented at BNCC; and characterize the curriculum proposal defined in the BNCC in order to consider the possibilities of school education to provide an integral development of the subject.

KEYWORDS: Integral training; Common National Curriculum Base; Resume.



1 INTRODUÇÃO

O objeto de análise deste trabalho de pesquisa de Iniciação Científica compreende a Base Nacional Comum Curricular aprovada em versão final em dezembro de 2018, e o conceito de formação integral nela explicitado. Para tanto iniciamos fazendo uma retrospectiva sobre o conceito de formação omnilateral e unilateral.

Foi através da revolução industrial e do surgimento do Fordismo, Taylorismo e Toyotismo que se acentuou ainda mais a separação entre educação humanista e trabalho. A partir deste modelo ocorre uma separação do trabalho manual e intelectual, porém Marx e Engels, defendem que é preciso unir trabalho produtivo com educação, a fim de atingir uma formação politécnica aos trabalhadores, dando a eles a possibilidade de saber também de outras funções.

A formação desde o princípio até os dias atuais tem caráter economicista dentro da educação, serve para atender os interesses da classe dominante. Se não bastasse conta com as instituições de ensino para objetivar tal formação bem longe da formação do sujeito crítico, omnilateral, tendo em vista que a BNCC se pauta nas competências e traz a promessa de um ensino de qualidade e igualitário visto que adequa-se tanto para as escolas públicas quanto as particulares e a razão pela qual ela foi tão “aceita”, é justamente o fato de fazer um apelo à vinculação da formação ao mundo da vida e valorizar a experiência dos alunos, as competências se anunciam como uma alternativa ao currículo dito ‘tradicional’, criticado por ser conteudista e não estabelecer relação entre os conhecimentos escolares e a realidade, usando deste ponto fraco do ensino tradicional se apresenta como inovador, no entanto, também traz uma falsa solução, visto que, os alunos vão para a escola se preparar para o mercado de trabalho.

Partindo desse pressuposto buscamos mostrar que a BNCC não possibilita de forma efetiva uma formação integral, por meio da educação escolar, tendo em vista



a organização curricular por competências, conforme indicado no referido documento. O que nos leva a entender que a Base contribui para uma formação unilateral, coerente com o modelo de sociedade atual, onde o homem se forma de modo fragmentado, unilateral, tornando difícil ao ser humano a libertação, e dessa forma se mantém numa relação de escravidão, reduzido a mercadoria.

A análise proposta para esta pesquisa se justifica pela atualidade do documento da BNCC e suas interferências na organização curricular das escolas brasileiras. O tema “formação integral” também se encontra no centro do debate educacional dos últimos anos, estando presente em diferentes documentos e legislações, nacionais e internacionais.

O estágio atual de desenvolvimento da sociedade moderna exige dos sujeitos novas capacidades, habilidades profissionais e sociais, decorrentes do incontável crescimento das forças produtivas. Sendo a escola uma eminente instituição de formação humana torna-se profícuo o momento para pensar sobre o seu papel. Neste contexto, onde a ideologia afluyente dissemina padrões culturais de comportamento e de pensamento ausentando as capacidades reflexivas, crítica, de autonomia e de pensamento conceitual próprias dos seres humanos, impõe-se imprescindível uma análise crítica e reflexiva acerca do papel da escola e o compromisso de promover a formação integral dos seres humanos que por ela passarem. Desta forma o problema central que incitou a reflexão a ser desenvolvida neste estudo consiste em responder à seguinte questão: Em que medida a organização curricular por competências, proposta na BNCC, pode promover uma formação integral do sujeito?

Objetivamos, portanto, estudar o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 e artigos que falem sobre o mesmo, a fim de analisar a possibilidade de formação integral a partir da organização curricular nela proposta; compreender o conceito de desenvolvimento omnilateral desenvolvido por Karl Marx; analisar o conceito de “formação integral” apresentado na BNCC; caracterizar a proposta curricular definida na BNCC de modo a considerar as possibilidades de a



educação escolar proporcionar um desenvolvimento integral do sujeito; e por fim, analisar os desafios das escolas frente à BNCC que tem chegado como um currículo.

A presente pesquisa constituir-se-á, quanto a sua natureza numa pesquisa qualitativa e, quanto à dimensão das fontes classifica-se como bibliográfica e documental, procedimento exclusivamente teórico compreendida na reunião de dados necessários para o estudo das principais teorias que nortearam o trabalho.

O presente texto está organizado, de modo que no primeiro momento apresentamos o estudo feito sobre o conceito de formação integral a partir de Karl Marx, dando ênfase a omnilateralidade. No segundo momento apresentamos uma síntese dos estudos feitos acerca da BNCC e o conceito de formação integral por ela definido, e por fim apresentamos nossas considerações acerca do tema proposto para essa pesquisa.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 Formação Omnilateral

A separação entre educação humanista e trabalho se acentua com a revolução industrial, através do Fordismo, Taylorismo e Toyotismo, a indústria automobilística fordista sistematizou o trabalho mecanizado por meio da esteira de montagem. A Ford padronizou a fabricação de alguns modelos e implantou a produção de carros em série, e que ao lado dos métodos desenvolvidos por F. Taylor, passa a produzir em massa. Para garantir a força de trabalho num ritmo extenuante da produção, Ford organiza-se a partir da lógica do pagamento de altos salários usando os princípios da prosperidade. O Toyotismo também vai partir da subjetividade de trabalho já utilizado por Ford.

Esse modelo fordista de produção em massa foi universalizado combinando com as técnicas de administração do taylorismo, ao passo que tudo vai se firmando se amplia os direitos sociais para diminuir os conflitos na relação capital-trabalho.



Taylor tinha uma preocupação com o desperdício. As suas normas de administração, visava a exploração do trabalho em seu limite máximo, daí o estudo minucioso do tempo e movimento, sendo aqui um dos pontos fundamentais para a separação entre planejamento e execução do trabalho. Vale destacar que a partir desse ponto se evidencia a realização de tarefas com tempo cronometrado, ao lado da divisão do trabalho intelectual e trabalho mecânico utilizando critérios de inferioridade mental.

É a partir deste modelo que se acentua a formação unilateral de acordo com Marx e Engels, é preciso unir trabalho produtivo com educação, ele defende a formação para os trabalhos politécnicos, na qual o trabalhador tenha a possibilidade de saber também de outras funções, mas o principal ponto é que não servisse este conhecimento para o indivíduo desempenhar diversas tarefas para o desenvolvimento da grande indústria, mas sim que ele tivesse conhecimentos acerca dos procedimentos tecnológicos da totalidade da produção. Ou seja, seria o trabalhador ter conhecimento técnico para compreender o processo como um todo o que permitiria aos trabalhadores ter o controle desse processo, o qual foi tirado com a divisão do trabalho. O que significa que obter o controle do saber dentro da fábrica também consegue controlar os trabalhadores. É fato que não é desejo da sociedade capitalista que se tenha uma formação integral, todo homem precisa exercitar o cérebro para chegar a tal formação (BACZINSKI, 2017).

A inteligência da grande maioria dos homens, disse A. Smith, forma-se necessariamente a partir das suas ocupações normais. Um homem que passa toda a sua vida a efetuar um pequeníssimo número de operações simples (...) não tem ocasião de desenvolver a sua inteligência nem de exercer a sua imaginação (...), e torna-se em geral tão estúpido e tão ignorante quanta é possível a uma criatura humana tornar-se” (MARX; ENGELS, 1978, p. 201).

No entanto, a maior parte da indústria usava de forma abrupta a mão de obra infantil, não dando oportunidade para o seu desenvolvimento intelectual os colocando em máquinas cujo não era necessário nem saber ler e escrever e desta



forma negligenciando com os mesmos, que quando passavam da idade para tal serviço, eram demitidos, estes sem saber fazer outra coisa acabavam por cair no mundo do crime. Marx e Engels afirmam que:

A sociedade não pode permitir nem aos pais nem aos patrões empregar no trabalho as suas crianças e os seus adolescentes, a menos que combinassem este trabalho produtivo com a educação. Por educação, entendemos três coisas: 1 Educação intelectual; 2. Educação corporal, tal como e produzida pelos exercícios de ginastica e militares; 3 Educação tecnológica, abrangendo os princípios gerais e científicos de todos os processos de produção, e ao mesmo tempo iniciando as crianças e os adolescentes na manipulação dos instrumentos elementares de todos os ramos de indústria (MARX; ENGELS, 1978, p. 223).

O primeiro aspecto, da educação mental pode se tratar do estudo dos conteúdos, bem como a cultura geral e a formação no tempo livre das crianças. A educação corporal é importante à classe trabalhadora para a atividade e a resistência física em condições de desgastes de trabalho. A ideia de educação tecnológica diz respeito às necessidades de conhecer o processo de produção para deixar de ser vítima do capital. Apoiado em Marx entende-se que o trabalhador, durante toda sua existência, nada mais é do que força de trabalho e que todo seu tempo disponível é por natureza para o trabalho, portanto é um objeto do capital (MARX; ENGELS, 1978).

Para ficar mais especificado essa relação de trabalho alienado, um exemplo claro é a linha de produção já citada acima, o trabalhador não reconhece o produto final e tão pouco sabe seu destino ou o lucro obtido com o mesmo, é a partir daqui que se percebe que o trabalho é necessidade e não realização, se trabalha para sobreviver e nunca se trabalha somente o necessário, mas, para contemplar os interesses daqueles que exercem poder sobre os trabalhadores. O sujeito alienado não consegue perceber a possibilidade de mudança, aquele que não se reconhece na sua atividade de trabalho, acaba por não se satisfazer e desta forma se desgastando fisicamente e psicologicamente, não sobrando tempo para exercitar o



cérebro, que de acordo com Marx é uma atividade essencial para a formação integral.

Numa sociedade racional, seja que criança for, a partir da idade de nove anos, deve ser um trabalhador produtivo, tal como um adulto em posse de todos os seus meios não pode desobrigar-se da lei geral da natureza, segundo a qual aquele que quer comer deve igualmente trabalhar, não só com o seu cérebro, mas também com as suas mãos” (MARX; ENGELS, 1978, p. 221-222).

Porém o homem se limita a sociedade capitalista e se forma na unilateralidade, o ser humano, ao invés de se libertar, passa a ter uma relação de escravidão, neste cenário ele se reduz em mercadoria. A formação desde o princípio até os dias atuais tem caráter economicista dentro da educação, serve para atender os interesses da classe dominante. Diante desta multiplicidade de fatores, a educação unilateral forma somente sujeitos para o mercado de trabalho.

O ato da repetição nas grandes indústrias torna o indivíduo incapaz de usar toda a capacidade do seu cérebro em outras atividades do seu dia a dia, o tornando incapaz de atingir o desenvolvimento integral. Ainda de acordo com Marx a divisão do trabalho traz a distribuição de seus produtos de forma desigual, acentuando uma hierarquia entre trabalho manual e intelectual, os indivíduos vendem sua força de trabalho sem perceber que está sendo alienado enquanto outros gozam alienadamente da riqueza socialmente produzida e, assim surge as desigualdades sociais. As sociedades modernas representam o ponto de partida para todas as formas de alienação. As grandes indústrias juntamente com o capitalismo não têm interesse que os indivíduos tenham formação integral, pois, desta forma fica mais fácil de manipulá-los (MARX; ENGELS, 1978).

A escola é a instituição responsável pela educação, no entanto, não tem cumprido seu papel mediante as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo atual. Transformações estas que vem dos avanços tecnológicos, o homem vive nesse universo globalizado, mas não tem noção do que acontece ao



seu redor. Realidade que afeta os sentidos e significados dos indivíduos e cria inúmeras culturas.

Diante deste cenário se faz necessário que a formação de uma criança vá além de somente adquirir conhecimentos que servirão para ingressar numa boa faculdade ou no mercado de trabalho, para tanto se faz necessário pensar que a educação não se trata de uma mera transmissão e da aprendizagem de conteúdo, mas também do desenvolvimento pessoal do indivíduo. O ensino no Brasil é marcado por uma dualidade entre ciência e trabalho que se explica através da estrutura social de classes que foi implantada pelo capitalismo, reduzindo a educação em mercadoria a serviço do mercado. Frente a esta realidade, o desafio da educação e da escola como organização socialmente construída, na sociedade contemporânea, é romper com a essa unilateralidade em vistas de uma formação integral, formando sujeitos omnilaterais.

O desenvolvimento unilateral consiste na mutilação das capacidades humanas, limitando o desenvolvimento do ser humano às necessidades do modo de produção. Especialmente no período que inaugura o capitalismo como modelo predominante de produção, passou-se a exigir do trabalhador poucas habilidades, requisitava-se um sujeito capaz de executar uma pequena tarefa repetidamente, sendo dispensada – ao trabalhador manual – qualquer atividade de pensamento, tarefa destinada a outro grupo de trabalhadores – normalmente menos numerosos – que deveriam ocupar-se de trabalhos intelectuais (BACZINSKI, 2017, p. 02).

Sendo assim se abre uma discussão acerca da formação integral dos sujeitos bem como a formação omnilateral, as quais deveriam estar alinhadas. De acordo com Marx (*apud* BACZINSKI, 2017) os indivíduos são seres que se formam por meio da convivência e influência do meio em que vivem, sendo assim são capazes de modificá-lo. O sujeito omnilateral tem a capacidade e disponibilidade para saber dominar gostar e conhecer diferentes realidades se define pela riqueza do que sabe e se torna indispensável no seu meio tendo então uma formação integral. Trabalho e educação estão aliados a vida social e é esse fluxo que vai direcionar as



perspectivas educacionais e o trabalho nas sociedades, neste cenário a educação será um objeto de disputa no mundo capitalista. Mas, o ideal em qualquer sociedade seria a formação politécnica, omnilateral e ou formação integral, cujo as três não são sinônimos se diferenciam de alguma forma (MARX; ENGELS, 1978).

Quando se fala em formação politécnica algumas instituições acabam confundindo com muitas técnicas, mas, o seu verdadeiro sentido está ligado a emancipação humana sujeito crítico, que este possa se reconhecer dentro do seu contexto de vida e que consiga se inserir como ser autônomo e livre, sendo desta forma venha superar essa divisão social do trabalho manual e trabalho intelectual, que propicie aos filhos dos trabalhadores também exercer funções intelectuais.

Aos filhos a da classe trabalhadora se designa uma educação deficitária, carente, fragmentada, enquanto para uma classe elitizada tem-se uma educação de padrão elevado, que envolve arte, cultura e ciência. Faz-se necessário pensar na superação dessa divisão entre classes sociais, no fim da divisão, entre trabalho manual e trabalho intelectual e na defesa da democracia e da escola pública. É importante que o trabalho produtivo se incorpore a educação básica, tanto na questão de trabalho como princípio educativo como também no contexto econômico.

A formação omnilateral apoia-se, pois, no entendimento do homem como totalidade complexa, cujas dimensões, todas indistintamente, articulam-se e ganham sentido mais pleno em torno do eixo do trabalho produtivo. O homem se autoconstrói na relação com a natureza, com os demais seres e com os produtos de sua subjetividade (conhecimentos e valores). Nesses três níveis, o ser humano está em processo de autoformação, de autoprodução. Portanto, o trabalho é central para a compreensão de todas as lateralidades humanas porque são processo de autoformação ou de autoprodução de si mesmo. Assim, enquanto, simultaneamente, produção dos bens que sustentam a vida biológica e criação de um mundo propriamente humano, o trabalho liga e confere unidade à diversidade na formação de cada ser individual como homem total (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2014, p. 218-219 *apud* BACZINSKI 2017 p. 03).

Posto isso, é de suma importância lutar por uma educação de qualidade, uma educação democrática tanto para o filho do trabalhador como para o filho de uma



classe mais favorecida, para o fim da divisão de classes, onde todos tenham acesso a uma educação de qualidade, tenham um padrão digno de vida e de conhecimento não apenas para as elites, mas para todos os trabalhadores de uma forma geral.

Permanece a necessidade de ter um projeto educacional que supere essa dualidade e que de ênfase a formação omnilateral, tirando o foco do mercado de trabalho. Apoia-se em Marx para esclarecer que o homem precisa do trabalho e da educação para atingir o seu desenvolvimento pleno, e assim daria garantia de que a classe trabalhadora se desenvolvesse acima da classe dominante, pois, aliando esses dois pontos a habilidade intelectual e a manual se atinge a formação omnilateral. Todo ser humano precisa exercitar o cérebro para se desenvolver de forma plena. (MARX; ENGELS, 1978, *apud* BACZINSKI, 2017)

O trabalho é a condição essencial para a construção dos indivíduos, ele diferencia o ser humano dos outros animais por ser uma atividade consciente. A transformação da natureza se dá através do trabalho e assim os sujeitos vão adquirindo novos conhecimentos e, também se transformando. Como consequência, novas relações sociais e políticas são construídas. Para além disso o trabalho se torna para o homem uma obrigação é a forma de satisfazer os seus desejos capitalistas, mas, para Marx é necessário integrar trabalho manual e intelectual acreditando que desta forma se atingira a formação integral e formar o sujeito omnilateral.

2. 2 A Educação Integral no Contexto da BNCC

No Brasil há muito tempo vem se buscando adequar os currículos escolares em torno da educação integral, a exemplo da escola parque de Anízio Teixeira, as crianças tinham acesso há uma educação integral, que era integrada ao ensino dos conteúdos curriculares, na qual era possível aprender teatro, cinema, esporte, música, dança desenho pintura entre outras atividades que preparavam a criança para a cidadania. Este método tinha como principal objetivo derrubar a tradicional



forma de educar, outro exemplo é o CIEP – Centros Integrados de Educação Pública, criado na década de 1980 por Darcy Ribeiro, com o objetivo de proporcionar educação, esporte assistência médica e alimentação saudável e as crianças tivessem acesso à cultura (BITTENCOURT, 2019).

A educação integral compreende que se deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em sua totalidade intelectual, física, emocional, social e cultural constituindo-se no coletivo, é uma proposta contemporânea, pois, em conformidade com as exigências do mundo globalizado tem como objetivo a formação de sujeitos críticos e autônomos. A educação integral é inclusiva por reconhecer a diferença dos sujeitos bem como às diversas identidades que sustenta a permanência do projeto educativo para todos. Essa proposta de educação deve envolver todos os agentes formadores no processo de aprendizagem da criança, jovens e adultos, desta forma a escola se torna um espaço privilegiado para garantir tal formação.

Com o mundo globalizado e cada vez mais exigente, as crianças precisam aprender a ter resiliência, flexibilidade, inteligência emocional e criatividade, estas são características que possivelmente os profissionais do futuro deveram ter. Por esse motivo a formação deve ir muito além das competências e habilidades, consideremos importante pensar que a educação não se restringe a mera transmissão de conteúdo, mas também do desenvolvimento pessoal e humano dos indivíduos.

Na educação integral a aprendizagem não acontece somente na sala de aula, mas em todos os espaços no qual a criança está inserida. Portanto a LDB 9.394/96, trata da ampliação progressiva da jornada escolar, com ênfase na formação integral dos estudantes (BRASIL, 1996 *apud* BITTENCOURT, 2019). A autora ainda enfatiza que desta forma se torna formação em tempo integral na qual as escolas ampliam o tempo que a criança fica na instituição, nestes casos é possível ou não incluir novas disciplinas no currículo, somente aumentar a carga horaria escolar não é suficiente para garantir o pleno desenvolvimento dos indivíduos, esta é a principal diferença entre esse modelo de educação e a formação integral, enquanto o primeiro caso se



preocupa com o número de horas, a outra se preocupa em oferecer oportunidade de desenvolvimento integral aos seus educandos (BITTENCOURT, 2019).

Seguindo essas diretrizes, a partir dos anos 2000, podemos identificar a consolidação de propostas educativas que têm por objetivo viabilizar a ampliação da jornada por meio de programas governamentais. É o caso do Programa Mais Educação, instituído em 2007 (BRASIL, 2007), assim como o Programa Ensino Médio Inovador, destinado ao Ensino Médio (BRASIL, 2009a), e as sucessivas reformulações de ambos os programas (BRASIL, 2014b; 2016 *apud* BITTENCOURT, 2019, p. 1762).

Vamos nos remeter a metas 6 do PNE, que consiste em oferecer educação em tempo integral a pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos alunos das escolas públicas, com o objetivo de atender pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) da educação básica. De acordo com Silva (2018) tal meta tem caráter assistencialista visto que a perspectiva da proteção integral tem ênfase nas comunidades carentes ou em situação de vulnerabilidade social, sendo que a faixa etária atendida, de acordo com a meta 6, vai dos 04 aos 17 anos atendendo também o ensino médio (SILVA, 2018).

Por meio desses projetos vai se consolidando o que aparece na LDB 9.394/96, ampliação da jornada escolar por meio de programas governamentais, porém não aparece plano para que ocorra de fato uma formação integral. Percebe-se que as leis tratam claramente de formação em tempo integral com jornada de 7 horas e que nem assim cumprem o seu papel, pois, no Brasil existem poucas escolas em tempo integral, consistindo em projetos isolados que não se consolidaram por inteiro, justamente por se tratar de assistência e não educação. Podemos ver até aqui que, o conceito de formação integral é entendido pela ampliação curricular que considera tanto a ampliação do tempo escolar como dos espaços educativos, estando aliados a uma concepção de aprendizagem que foi influenciada por diretrizes internacionais para a educação do novo milênio.



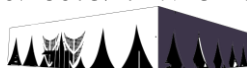
Paralelamente, nesse mesmo contexto argumentativo e propositivo, outra vertente significativa a respeito da consideração de múltiplos espaços de aprendizagem, para além da escola, é o movimento “cidade educadora”, que surgiu nos anos de 1990, centrado na cidade de Barcelona, a partir de um debate que se desencadeou ainda no início da década de 1970, por iniciativa da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), com o que se tenha ficado claro o que seria formação integral, a consideração acerca do desenvolvimento humano e não só do aspecto cognitivo, parece ter tido intuito de repensar os propósitos da educação em nível mundial (BITTENCOURT, 2019, p. 1765).

De acordo com Bittencourt (2019), este conceito ganhou força e notoriedade com o movimento das cidades educadoras, em 1994 através de um congresso internacional realizado na cidade de Barcelona, na Espanha. Neste encontro um grupo de cidades acordou um conjunto de princípios formados no desenvolvimento de seus habitantes que passariam a orientar a administração pública.

O movimento compreende a educação como um elemento responsável por nortear as políticas da cidade e seu processo educativo como permanente e integrador garantindo condições de igualdade.

As propostas curriculares brasileiras nos anos 2000 foram pautadas neste documento sendo elas: a educação na diversidade; educação inclusiva e acolhedora; projetos educativos baseados no diálogo entre gerações; corresponsabilidade na proposição e gestão dos processos educativos; desenvolvimento sustentável; participação cidadão crítica e responsável (Bittencourt 2019). Todos os princípios educativos dentro do contexto de educação integral inclusive as ideias da cidade educadora são citadas no documento Programa Mais Educação.

Em vista disso o conceito de desenvolvimento integral no contexto da educação diz respeito a compreender a educação enquanto processo formativo atuando no desenvolvimento das múltiplas dimensões: Física, intelectual, social, emocional e simbólica. Isso quer dizer que na educação além do desenvolvimento cognitivo privilegiado no ensino tradicional passa ocupar também as demais dimensões do desenvolvimento humano. Pois de acordo com Marx e Engels (1978),



o desenvolvimento intelectual depende das demais dimensões para acontecer de forma plena.

A BNCC brasileira parte de um pressuposto curricular que não é novo no Brasil, a organização do currículo por competências. Essa opção foi adotada pelos PCN, publicados no final da década de 1990, com mais ênfase nos documentos voltados ao Ensino Médio, e nas reformulações curriculares do Ensino Médio e da Educação Profissional desde então (BITTENCOURT, 2019, p. 1771).

Para falar sobre a BNCC, partiremos do significado, no senso comum, de competências, cuja definição é sinônimo de capacidade, habilidade, aptidão, eficiência e também pode ser qualificação ao realizar uma determinada tarefa, essa palavra ganha força nos anos 1970 com o Fordismo e Taylorismo. No ambiente da produção, as competências orientaram uma mudança no modelo de gestão do trabalho. Porém, este conceito superou os limites da fábrica (campo produtivo) e avançou para a escola, tornando-se uma pedagogia.

Pautada no conceito de competências a BNCC traz a promessa de um ensino de qualidade e igualitário, visto que serve tanto para as escolas públicas quanto as privadas e a razão pela qual ela foi tão “aceita”, é justamente o fato de fazer um apelo à vinculação da formação ao mundo da vida e valorizarem a experiência dos alunos, as competências se anunciam como uma alternativa ao currículo dito ‘tradicional’, criticado por ser conteudista e não estabelecer relação entre os conhecimentos escolares e a realidade, usando deste ponto fraco do ensino tradicional se apresenta como inovador, no entanto, também traz uma falsa solução, visto que, os alunos vão para a escola se preparar para o mercado de trabalho.

Este documento, tal como o nome diz, Base Nacional Comum Curricular, desconsidera as especificidades de cada região, sendo posto os mesmos objetivos e conteúdo para todos os Estados e Municípios. Ponderamos que não há como ter igualdade de ensino desconsiderando as diferenças, as etnias e as regionalidades, o documento não deixa brecha para as escolas formularem seus currículos e Projetos



Político Pedagógicos (PPPs) de acordo com as especificidades das famílias que atende, assim sendo, afirmamos que haverá uma defasagem no ensino e que a longo prazo trará prejuízos aos nossos estudantes.

Neste sentido, Gontijo (2015) pontua que o documento da BNCC preocupa-se bastante com os objetivos de aprendizagem que devem ser atingidos ao logo da educação básica, com isso “talvez”, a Base vise somente criar parâmetros para a avaliação em larga escala” (GONTIJO, 2015 p. 182) pensamos que de certa forma sim, a Base Nacional Comum Curricular, articula os conteúdos a fim de atingir maiores notas nos ranques educacionais, desconsiderando o interesse por uma educação inclusiva, de qualidade focada na formação do sujeito, tendo em vista que todo documento é metodicamente organizado nas competências e habilidades, desta forma estará dificultando a construção da escola como produtora de cultura.

A BNCC se divide em quatro áreas de conhecimento assim como o exame nacional do ensino médio, trata-se das ciências da natureza, ciências humanas, linguagem e matemática, sendo que cada uma delas tem competências específicas de área que devem ser promovidas ao logo do ensino fundamental. Ainda que o documento tenha a intensão de articular entre os componentes curriculares, através das áreas, mas estes se apresentam de forma separada o que torna mais difícil ou quase impossível haver a articulação entre eles.

Inicialmente, destacamos que, embora o documento reafirme a busca pelo desenvolvimento humano integral na perspectiva da aquisição de competências, a sintonia com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, esta não constitui a característica principal do seu desenho curricular, já que se trata de um documento curricular que especifica previamente todos os objetos de conhecimento de todas as áreas, em cada grau de ensino, cada qual com seus respectivos objetivos de aprendizagem, denominados de “habilidades” (BITTENCOURT, 2019, p. 1773).

Ao que parece que a BNCC quer que a escola ensine todos os saberes dentro de seu ambiente, porém acreditamos que o saber humano vai além das



paredes escolares e tem as instituições de ensino como a base e responsável por repassar os conteúdos historicamente construídos. Portanto, é preciso compreender a dimensão das competências num contexto que vá além das escolas e que também atinja uma transformação social. Este documento enfatiza a formação integral, mas quase que exclui as áreas de humanas priorizando o ensino da matemática e do português (CHAVES, 2021).

De acordo com Chaves (2021) as avaliações em larga escala acabam influenciando nos sistemas educacionais, nas políticas públicas e nos currículos. De certo modo a recente reforma no sistema educacional brasileiro que criou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), traz a garantia de aprendizagens essenciais que alunos da Educação Básica deverão adquirir e desenvolver ao longo dos anos de estudo. A reforma trouxe algumas mudanças para o ensino, em especial o de Matemática e Português. A partir disso podemos dizer que o fraco desempenho do Brasil em tais avaliações teve forte influência na BNCC tendo por objetivo que os professores possam trabalhar conteúdos, processos e habilidades que estejam de certa maneira ligados as avaliações em larga escala. O interesse na construção da BNCC foi além da educação envolvendo outros setores como o empresarial, industrial e o político, além de esferas públicas e privadas.

Para além dessa constatação, os agentes envolvidos na proposição de um documento que se estrutura com foco nas habilidades e competências e conta com uma discriminação bastante minuciosa dos objetos do conhecimento a serem trabalhados não parecem se preocupar somente com “[...] o ponto ao qual se quer chegar”, mas, inclusive e provavelmente, com a responsabilização dos professores e das instituições de ensino quando essas habilidades e competências não puderem ser corroboradas instrumentalmente nas avaliações em larga escala (CHAVES, 2021, p. 7).

A partir do texto de Chaves (2021) tivemos a compressão que a BNCC está em conformidade com organizações que defendem a ideologia neoliberal, buscando formar indivíduos flexíveis, que se adaptam facilmente às necessidades do mercado, se ausentando de uma formação emancipatória. Logo, por conseguinte, nos parece



que não cabe aos alunos, compreender a realidade para fazer a crítica e se comprometer com sua transformação, mas desenvolver competências que o mercado exige. Todavia é o que defende a BNCC com relação aos conteúdos escolares, quando apresenta que estes devem estar subordinados ao desenvolvimento das competências, definindo o conhecimento como uma soma das habilidades que os indivíduos devem ter, não age como meio de transformação social, mas atende a interesses mercantis, sobretudo, pela formação de mão de obra.

É no mínimo funesta a tentativa de distinção exposta pelo MEC e defendida no que enunciou Mendonça Filho à frente do Ministério da Educação naquele momento, quando garantiu que a BNCC seria “[...] o ponto ao qual se quer chegar em cada etapa da Educação Básica, enquanto os currículos traçam o caminho até lá” (MEC, 2017, p. 5 *apud* CHAVES, 2021, p. 7).

Com base na citação de Chaves (2021), e do texto de Micarello (2016) é importante fazer uma reflexão sobre o que realmente é o currículo e quais são as suas especificidades ao elaborá-lo é imprescindível analisar as diferenças existentes, é preciso ter clareza do quão importante e necessário se faz a escolas ter um currículo elaborado coletivamente, que conte com o auxílio da comunidade escolar, seja democrático e de valores, como o respeito à diversidade, e trate de um ensino-aprendizagem concreto, que tenha estrutura e significado para a instituição que a está regendo. Dessa forma penso que o currículo tem função socializadora dentro da escola, onde inúmeras vezes, ele acaba sendo picotado e perdendo seu real valor de construção histórico-cultural, social.

Para falar sobre o currículo escolar na atualidade, faz-se necessário fazer uma análise sobre o sistema escolar vigente, além de também refletir os fatos históricos que nos mostram como o ser humano produz e continua produzindo ao longo do tempo. Para tanto precisamos saber o que está acontecendo na sociedade bem como o que estão fazendo seus membros, é preciso ainda pensar nas diversas culturas existentes.



O currículo é transformação, não unicamente no que se refere a mudar o sentido das coisas de ir por outro caminho, mas de buscar novas alternativas, novas soluções, novas metas e novas conquistas. De acordo com o texto de Micarello (2016) as instituições de ensino não devem se ater somente a BNCC, mas elaborar um currículo próprio pensando na sua realidade e no contexto dos alunos que atende, pois, se está se ativer apenas a Base Nacional Comum Curricular, acabará por ter um ensino pobre e medíocre, pois, a BNCC traz um ensino engessado. Ao olharmos por essa perspectiva de currículo, como Chaves (2021) traz no seu texto, concordamos que é funesto pensar que a BNCC é o fim onde se quer chegar, e o currículo é o caminho.

No que se refere à formação humana a BNCC deixa um vácuo muito grande no seu texto, há muitas formas pelas quais algumas pessoas e grupos podem ser deixados em situação de desvantagem. As distinções de gênero, raça, etnia, deficiência, orientação sexual, idade, origem, religião e classe social não são paradigmas neutros de diferenças ou diversidade, mas determinam vantagens e desvantagens sociais e colocam os grupos acima citados em posição nos quais seus direitos estão em constante risco de violação. Em síntese a educação tem as maiores possibilidades de enfrentamento das desigualdades e serve como meio para transformação, de certa forma isso precisa ser foco do Estado em uma sociedade democrática que visa a justiça e a igualdade social.

2.3 BNCC Primeiras aproximações: Quais as Reais intenções?

Segundo Gontijo (2015), em 1949 o Brasil deu um primeiro passo para formular um documento único que norteasse a educação, tal documento denominado de Leitura e Linguagem do Curso Primário: Sugestões para a organização de programas, tendo como finalidade “organizar as bases gerais para os programas das disciplinas dos cursos primários, como sugestões às administrações estaduais” (BRASIL, 1949, p. 8 *apud* GONTIJO, 2015, p. 174).



De acordo com Gontijo (2015), para Murilo Braga autor do texto introdutório do citado documento, que salientou ser inconcebível deixar de lado os conteúdos escolares, pois segundo ele as escolas desde básicas até o ensino superior sofriam com as repentinas mudanças curriculares promovidas por reformas a fim de deixar suas marcas na educação, para amenizar este problema pensou-se então, em um currículo único. Gontijo (2015) cita ainda que para Murilo Braga as escolas primeiras não percebiam tais mudanças, pois, de norte a sul elas eram sempre a mesma, por tanto em âmbito nacional se fazia necessário esclarecer qual o tipo de aluno a escola deveria formar. O foco deste documento era a leitura e a linguagem e tinha como objetivo:

Propiciar o desenvolvimento da linguagem oral do aluno, levando-o a expressar-se com facilidade, naturalidade, clareza e correção. Dotar o aluno da capacidade de ler com compreensão, naturalidade e rapidez. Dotar o aluno da capacidade de escrever com legibilidade, correção, simplicidade e clareza. Cultivar o gosto pela boa literatura infantil e pelas obras de literatura nacional e estrangeira, acessíveis à criança. Formar hábitos de leitura independente, para recreação e estudo. Despertar o amor e o interesse pelo idioma e pelos autores nacionais, desenvolvendo o sentimento de pátria e o de brasilidade (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1949, p. 14 *apud* GONTIJO, 2015, p. 176).

Gontijo (2015) cita ainda que em 1972, sob a lei 5.692, de 11 de agosto de 1971 que traz novas diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau, foi então, elaborado um novo documento a escola de 1º grau e o currículo, com o objetivo de definir os conteúdos curriculares. Já em 1980 Zilma Parente Gomes de Barros, secretária de ensino de 1º e 2º grau, destaca que o texto é de extrema importância para a reforma do ensino conforme a lei 5.692/1971. O documento trazia os conteúdos mínimos que deveriam ser trabalhados nas escolas.

Conforme o documento, os conteúdos mínimos a serem trabalhados nas escolas, no que dizem respeito à comunicação e expressão, seriam: **Comunicação em língua portuguesa:** leitura, comunicação oral, ortografia, gramática, caligrafia, comunicação escrita pessoal, literatura; **Educação Artística:** artes plásticas, arte musical, teatro, cinema, declamação, dança,



desenho; **Educação Física:** jogos, recreação, ginástica; **Língua estrangeira.** Diferentemente do primeiro documento (Leitura e linguagem do curso primário: sugestões para a organização e desenvolvimento de programas), foram definidos como componentes curriculares Estudos Sociais e Ciências, incluindo, neste último, a Matemática (GONTIJO, 2015, p. 178).

Ainda segundo Gontijo (2015), no ano de 1997, tendo como secretário da educação Paulo Renato Souza, foi criado os parâmetros Curriculares Nacionais referente às series iniciais do ensino fundamental, Paulo Renato Souza ministro da educação:

Na Apresentação desse documento salientou, dirigindo-se, exclusivamente aos docentes, que o seu objetivo era auxiliá-los “na execução de seu trabalho, compartilhando seu esforço diário de fazer com que as crianças dominem os conhecimentos de que necessitam para crescerem como cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes de seu papel em nossa sociedade” (BRASIL, 1997, p. 7 *apud* GONTIJO, 2015, p. 178).

Pautadas em Gontijo (2015), a qual mostra que os três documentos tinham em suas entrelinhas a formação do cidadão, os conteúdos mínimos e os parâmetros nacionais para os currículos do ensino fundamental. Tais documentos não foram exatamente um currículo, mas serviram de base para as escolas a fim de construir um ensino de qualidade.

Em 2013, foi aprovada novas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, “que estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, a articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras” (BRASIL, 2013, p. 4 *apud* GONTIJO 2015 p.178). Neste documento é regulamentado o ensino de nove anos além de garantir a gratuidade do ensino dos quatro aos dezessete anos e traz como objetivo:

Prover os sistemas educativos em seus vários níveis (municipal, estadual e federal) de instrumentos para que crianças, adolescentes, jovens e adultos



que ainda não tiveram a oportunidade, possam se desenvolver plenamente, recebendo uma formação de qualidade correspondente à sua idade e nível de aprendizagem, respeitando suas diferentes condições sociais, culturais, emocionais, físicas e étnicas (MERCADANTE, 2013, p. 4 *apud* GONTIJO, 2015, p. 179).

Ainda de acordo com Gontijo (2015), quando é apresentado o texto base da BNCC em 2015, o documento não anulou as atuais diretrizes, mas definiu os conteúdos por áreas de conhecimento e componentes curriculares diferente dos outros documentos ela abarca a educação infantil, o ensino fundamental e o médio. Como já citado ao longo desta pesquisa a BNCC veio como uma proposta inovadora para a educação brasileira, trazendo os conteúdos que servirão para nortear os currículos de todas as escolas em todo território nacional.

Além de reforçar a disciplinarização, a Base rompe com a possibilidade de os sistemas educativos organizarem os componentes curriculares definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, observando-se aspectos ligados exercício da cidadania e as etapas do desenvolvimento integral do cidadão (GONTIJO, 2015, p. 183).

No que se refere à educação infantil Gontijo 2015, traz os aspectos que mudam em relação ao ensino fundamental, anos iniciais e a alfabetização. A partir da implementação da Base, toda criança deverá estar plenamente alfabetizada até o fim do 2º ano. Antes, esse prazo era até o terceiro ano de acordo com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Portanto, nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, o foco da ação pedagógica deve ser a alfabetização. Isso é sistematizado pela BNCC através das competências e as habilidades envolvidas no processo de alfabetização, e que a criança deve desenvolver.

Ainda segundo a mesma autora a alfabetização não aparece no texto preliminar da BNCC, que se preocupa mais com o caráter técnico dos indivíduos a fim de responder de prontidão as demandas sociais e profissionais impostas pela sociedade, a Base ainda estabelece a escrita como forma da criança pensar, o que importa é a criança saber ler e escrever, não interessando se ela sabe o que está



lendo ou escrevendo, não podemos deixar de falar que um sujeito alfabetizado não é um sujeito letrado.

Na educação infantil a BNCC se divide em campos de atuação práticas da vida cotidiana, práticas artístico-literárias, práticas político-cidadãs, práticas investigativas, práticas culturais das tecnologias de informação e comunicação e práticas do mundo do trabalho, Gontijo (2015), pontua ser exagerado essa separação por campos de atuação.

Desde o primeiro momento a Base Nacional Comum Curricular, é um documento para servir de guia para a elaboração dos currículos escolares da rede de ensino nacional, segundo Micarello (2016) a base indica todos os conteúdos que devem ser ensinados ao longo da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, baseados nas competências e habilidades, a BNCC seguiu os princípios da constituição federal de 1988, com conteúdos mínimos fixados.

Os argumentos contrários à existência de uma base comum para os currículos se constroem, em geral, em torno da afirmação dessas diferenças como constitutivas do próprio cenário educacional e da compreensão do currículo como acontecimento, como permanente processo de construção, que se faz pelo protagonismo dos atores do contexto escolar. Em contraposição a essa perspectiva, os argumentos em favor da existência de uma base comum para os currículos se ancoram na concepção de que sua definição seria um meio importante para a efetivação do direito à educação como direito de acesso aos conhecimentos básicos aos quais todos os brasileiros e todas as brasileiras devam ter acesso, como condição para o exercício pleno da cidadania (MICARELLO, 2016, p. 64).

Tomamos como exemplo, escola Reggio Emilia, concebida pelo professor Loris Malaguzzi, na qual a criança é o centro de todo processo de sua educação, esta proposta tem o intuito de valorizar a forma livre da criança se expressar e comunicar-se, para tanto tal escola é pautada nos projetos em comunidade, essa ideia partiu de uma necessidade daquele local no pós-guerra, o projeto se referia ao modelo de sociedade eles queriam. Pois bem, agora vamos pensar juntos na proposta da BNCC, sobre trabalhar a partir de projetos e campos de experiência na



educação infantil, é preciso levar em consideração o caráter específico da educação infantil com relação ao ensino fundamental e médio.

Os campos de experiência têm o intuito de diferenciar os currículos das etapas anteriores da educação básica, ao propor um currículo organizado a partir dos campos de experiência, o que se fundamenta em pedagogias ligadas às metodologias de projetos. Para atingir tal feito não é só ter um documento uma base nacional escrita bonita, a exemplo da Reggio Emilia, precisa-se reestruturar os Centros de Educação Infantil, envolver toda a comunidade, além de formação específica para professores.

Com relação a essa classificação das práticas, podemos dizer que é totalmente estranha e reducionista, principalmente no que diz respeito aos limites a elas impostos, exigência de qualquer classificação. Por exemplo, toda ação em qualquer campo é necessariamente política e cidadã. Assim, além de classificar crianças, de acordo com determinados níveis de desenvolvimento da escrita, agora, há classificações das práticas, seguindo padrões completamente alheios à vida social que é múltipla e, ao mesmo tempo, passível de recriações constantes, quando pensamos os sujeitos como pessoas responsivas diante das diversas situações que criam e vivenciam (GONTIJO, 2015, p. 187).

Pensamos que é muito sedutor quando olhamos a Base por essa perspectiva, mas se formos observar de uma forma mais crítica lá nas nossas escolas, na realidade no dia a dia das instituições públicas de ensino veremos que para elaborar um currículo é imprescindível pensar nas diferenças existentes, pois de acordo com Chaves (2021) é lastimável defender que a Base é o ponto onde se quer chegar e o currículo será o caminho para se atingir tal meta, se claramente não se olha para as nossas escolas para a realidade de cada região.

Faz-se muito importante destacar também o cenário político no qual a BNCC foi elaborada, que foi justamente numa transição de governo no qual a presidente Dilma Rousseff, sofreu impeachment e o seu vice Michel Temer assumiu a presidência, e houve uma divisão muito grande de ideias e a base também sofreu



esse impacto, muitos discordavam até por questões ideológicas, mesmo a BNCC segundo seus relatores “ser um documento apartidário”.

Diante da crise do capital e da situação financeira que o país vem atravessando nos últimos anos, aparece para os empresários a reforma educacional brasileira, para que atenda aos seus interesses e nesse contexto, surge a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio, contando a participação de organizações financeiras, instituições nacionais e internacionais e do empresariado nas discussões, debates e tomadas de decisões. (CHAVES, 2021)

Com efeito, a BNCC se tornou pauta de discussão na esfera pública quando da divulgação da sua primeira versão, em setembro de 2015, ocasião em que a liderança do Partido dos Trabalhadores sofria intensa crise política, em estreito vínculo e decorrência das crises estruturais do capital e da necessidade de manutenção dos padrões de acumulação (CHAVES, 2021, p. 3).

No caminho que o governo federal escolheu percorrer, ficou claro que ao formular as mudanças não indica que, em seus resultados, tenha modificações que venham a defender uma qualidade no ensino. Percebesse que o processo da base foi sob discursos de melhorias e de luta pela educação, foi aprovada em meio a muitas polêmicas dos que realmente vivem a realidade da escola e pressão por um ensino de qualidade. Assim, num desvario, o processo de transformação apresenta indicativos opostos diante das justificativas apresentadas pelo Governo. Na verdade, estamos diante da continuidade do descaso com a nossa educação como formadora do ser humano como sujeito detentor do conhecimento.

A participação da Lemann¹ foi muito importante. Especialmente na relação com os meios de comunicação. Em todas as situações de dificuldade, em

¹ A Fundação Lemann é uma [organização familiar sem fins lucrativos](#), empresa brasileira que colabora com iniciativas para a educação pública em todo o Brasil. A Fundação Lemann promove diversos cursos para estudantes e professores, assim como, em parceria com outras instituições, cursos em outras instituições. Há também incentivo financeiro para propostas inovadoras na área de educação, programa conhecido como Start-Ed, e também propostas de políticas educacionais, envolvendo pais, professores, estudantes e secretarias de ensino. Além disso, disponibiliza cursos próprios e em parceria com outras instituições para melhorar a formação de educadores.



momentos conturbados politicamente, ela foi fiadora desse movimento em setores sobre os quais não tinha nenhuma influência”. As autoras comentam que a Fundação Lemann orquestrou uma “[...] estratégia de mídia, em que representantes da fundação treinaram dezenas de jornalistas para cobrir questões educacionais, inclusive a BNCC, e apresentá-las Educação em Revista Belo Horizonte |v.37|e228059|2021 (CHAVES, 2021, p. 5).

Com a participação de vários setores que não pertencem ao campo educacional, fica evidente que a implantação da BNCC e da Reforma do Ensino Médio não têm como função a resolução de problemas da Educação, a melhoria da qualidade do ensino, o bem-estar comum e as questões sociais, mas sim está fortemente relacionada aos interesses políticos e às demandas econômicas. Segundo Chaves (2021) a mídia teve forte influência, recebeu curso para poder falar com mais clareza sobre a BNCC e proferir o documento como algo positivo. É válido destacar que a falta de uma participação efetiva dos professores, alunos e da comunidade na elaboração da BNCC, colabora para sua rejeição por grande parte dos docentes, ainda que o discurso midiático diga o contrário.

A grande mídia teve papel preponderante nesse cenário e, no que se refere especificamente à base, sua atuação se deu no sentido de privilegiar algumas vozes, em geral sem ligação direta com a educação, em detrimento de outras. As fundações privadas, por exemplo, foram vozes privilegiadas pela mídia, chamadas com frequência a se manifestarem sobre o documento, apresentadas como portadoras de um discurso legitimado por argumentos “científicos” (MICARELLO, 2016, p. 67).

De acordo com Micarello (2016), a Base Nacional Comum Curricular, fixa os conteúdos mínimos para formação básica dos estudantes, assim como outras portarias relacionadas à educação que era mobilizado a opinião pública, a BNCC também contou com tal consulta para que a população pudesse participar diretamente da sua elaboração. Ainda segundo Micarello (2016) esse também foi um problema para o texto final que ficou extenso e não teve objetivos claros, tentou-se



atender muito tudo que era proposto das análises públicas em muito pouco tempo deixando o documento um tanto confuso.

Além disso, ainda que se diga que houve uma consulta pública, sim, houve não há o que discordar, mas foram grupos específicos escolhidos para falar o que os redatores do documento gostariam de ouvir, desconsiderou-se a realidade das escolas, quem realmente vive essa realidade diária com as crianças e famílias. A Base não é um currículo, mas ela tem sim chegado às escolas como tal, não somente como base, foi tão bem elaborada para realmente tornar o ensino engessado e trazer meramente o que as políticas desejam que seja ensinado.

Partindo disso, cada Estado pode reformular a sua base, mas não pode modificar o que já está nela, apenas acrescentar, porém vale lembrar que diferente das escolas particulares, temos escolas públicas com salas superlotadas, alunos que não tem acompanhamento familiar e que não trazem nem uma bagagem cultural, são somente quatro horas aula, para um professor que as vezes precisa fazer de três a quatro planejamento diferente, este mesmo professor tem cinco hora atividade para planejar e lançar no sistema, além de disputar um computador com todo o quadro docente da escola. Segundo Micarello (2016) para que a Base fosse realmente mais igualitária:

Seria necessário, portanto, definir os co-nhecimentos fundamentais a que todos devam ter acesso e criar situações de ensino promotoras de uma justiça corretiva, que se realiza à medida que as diferenças de ritmos e de condições de aprendizagem dos estudantes se-jam reconhecidas e consideradas pelas práticas pedagógicas. Dito de outro modo, há que se garantir que todos e todas tenham, igualmente, acesso aos saberes e conhecimentos básicos, reconhecendo e acolhendo as diferenças e a diversidade de ritmos e condições desse acesso que crianças, jovens e adultos apresentam. Nesse sentido, o reconhecimento das diferenças não se traduz em perpetuação das desigualdades, mas, ao contrário, são uma condição para sua superação (MICARELLO, 2016, p. 65).

Micarello (2016) também pontua alguns aspectos que fragilizam a Base, como por exemplo algumas áreas com composição artificial principalmente a área de linguagens, com componentes curriculares pouco claros o que mostra que ainda



precisa ser aprofundado. Outro aspecto é a organização de objetivos de aprendizagem e o desenvolvimento entre os componentes curriculares, alguns foram organizados por ciclo de formação já outros por ano. Essas são consequências da falta de diálogo com a realidade das instituições de ensino.

Análogo ao que foi afirmado sobre a espoliação do trabalho humano nas palavras introdutórias, as semelhanças de interesse entre as diferentes classes sociais permanecem tão-somente no plano fenomênico, que aqui pode ser compreendido como superfície discursiva do documento e também a sua condução diretiva nos locais de ensino. Isto é, essa hipotética equivalência de interesses entre as frações da burguesia e os docentes que venham a se sentir representados pela política em questão acontece, majoritariamente, no que Adorno chamou de mercado das trocas, espaço da socialização imediata, que enleia contrários e, ao solidariamente oferecer o conhecimento organizado, no nível fenomênico, recusa-o em sua experiência mais substantiva (CHAVES, 2021, p. 13).

A BNCC é um documento que traz questões e valores fundamentais para a coletividade, porém, com uma falsa ideia de igualdade ou ausência de diferenças sociais. A partir da leitura realizada do documento foi possível identificar ausências que podem comprometer uma abordagem adequada dos direitos humanos no documento, ele não cita o combate ativo a discriminação como medida de promoção da igualdade, não traz nada referente aos alunos com algum tipo de deficiência, não busca inclui-los.

Pautadas em Bittencourt (2019) salientamos que para promover o desenvolvimento integral se faz necessário possibilitar aos estudantes experiências educativas diversificadas, tendo como objetivo contemplar além do desenvolvimento cognitivo, outras dimensões importantes para o desenvolvimento humano, como a ética e estética, que já estavam previstas nos PCNs. Ainda de acordo com Bittencourt (2019) debates no campo do currículo e da didática identifica-se três eixos importantes: a busca pela ampliação do repertório dos saberes escolares; a diversificação das referências culturais desses saberes e a questão de sua integração. Em relação à ampliação do repertório de saberes é enfatizado em seus currículos de jornada ampliada as atividades artísticas e culturais assim como



desportivas e corporais. No que se refere a diversidade dos saberes diz respeito a ampliação das referências culturais desses saberes, em torno da diversidade cultural, social étnica e racial. A LDB torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (BITTENCOURT, 2019).

Nesse sentido, promover o desenvolvimento integral implica possibilitar aos estudantes experiências educativas diversificadas, tendo em vista contemplar, além do desenvolvimento cognitivo, outras dimensões fundamentais do desenvolvimento humano, como é caso das dimensões ética e estética, que já estavam previstas nos PCN (BITTENCOURT, 2019, p. 1767).

No caso da educação integral, em conformidade com esse movimento de diversificação das referências culturais nos currículos, damos ênfase na valorização dos saberes, culturais e histórias locais, como atesta claramente a proposta da inserção dos chamados “saberes comunitários”, conforme sugerido pelo Programa Mais Educação (BRASIL, 2009 *apud* BITTENCOURT, 2019). Com tudo o principal objetivo é dar oportunidade não só novas aprendizagens, mas também aproximar as comunidades da escola. Porém, além destes saberes já citado face necessária os saberes escolares tradicionais para que estes possam dialogar (BITTENCOURT, 2019).

O documento é falho ao tratar igualitariamente a todos sem referenciar que existe uma distribuição desigual de poder e de vantagens entre as pessoas com base nas descrições políticas de gênero, raça, etnia, deficiência, orientação sexual, idade, origem, religião e classe social. Falar em igualdade sem trazer o combate às desigualdades apenas contribui para a manutenção da sociedade em *status quo* e não ajuda trazer possibilidades e garantir os direitos humanos a todas as pessoas.

A partir do que aqui foi posto podemos dizer que a BNCC foi elaborada através de políticas públicas com o objetivo de estabelecer um conjunto de orientações para nortear os currículos das escolas públicas e privadas de ensino infantil e fundamental do Brasil. Porém o perfil da Base não decorre pela perspectiva



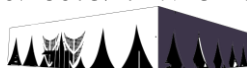
de melhoria do ensino, elevando a um patamar de formação integral, pelo contrário ele aparece com caráter mais conservador, que atende os interesses de grupos privatizantes o que acarreta risco à falta de liberdade aos professores, posteriormente e alongo prazo também veremos os reflexos na formação humana dos indivíduos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o conceito de omnilateralidade, a qual compreende o desenvolvimento pleno do sujeito, ou seja, das múltiplas lateralidades próprias do ser humano que contemplam a razão e a emoção, considerando o corpo e a mente, a habilidade intelectual, manual, espiritual, artístico, ético, estético, político, comunicativo e tecnológico.

O ser humano tem potencialidade para se desenvolver muito mais do que conhecemos atualmente, pois a sociedade em que vivemos ocupa boa parte do nosso tempo de vida nos preparando para o mercado de trabalho, cuja necessidade central é o preparo de algumas competências e habilidades específicas, próprias do setor econômico, que estão longe de atingir o máximo das potencialidades que temos enquanto ser humano. Dessa forma, quando a centralidade é uma formação específica, para não dizer estreita, voltada a uma profissão pontual, em atendimento aos objetivos do mercado, o ser humano é limitado no seu desenvolvimento, resultando numa formação unilateral.

Adequado ao modelo de sociedade capitalista, é possível afirmar que a maior parte das lateralidades que possuímos ficam embrutecidas, não lapidadas, não exploradas, não estimuladas ao desenvolvimento, ou seja, somos submetidos a um desenvolvimento unilateral, parcial, fragmentado e estreito. Logo, o pleno desenvolvimento do ser humano não é objetivo do capitalismo, trata-se de um conceito incompatível com esse modelo de organização social, onde o que prevalece é o individualismo, a competitividade, o livre mercado, a defesa pela



propriedade privada acima da vida, da exploração do trabalho humano em nome do lucro e do desenvolvimento econômico.

Dito isso voltamos a reflexão sobre a afirmação presente na BNCC sobre o interesse pela educação integral do sujeito escolarizado. Quando analisada podemos perceber que as competências e habilidades que o sujeito precisa desenvolver identificamos uma centralidade no desenvolvimento racional, prevalecendo a área do desenvolvimento intelectual, com prejuízo para o desenvolvimento do corpo e das emoções. A formação para o trabalho fica limitada a uma aproximação ao conhecimento das tecnologias digitais, o que claramente favorece o mercado de trabalho em detrimento do ser humano. Ou seja, quando se objetiva ensinar as tecnologias não se tem a pretensão de proporcionar ao sujeito a aquisição de conhecimentos que o capacite para a produção tecnológica, o que coincidiria com a liberdade, com a desalienação, contrário a isso, objetiva-se preparar para o domínio da tecnologia já produzida, logo, forma-se um sujeito eficiente para o mercado, capaz de produzir mais valia e manter fortalecido o sistema capitalista.

Da mesma forma pode ser analisada os outros aspectos que timidamente aparecem na BNCC sobre a educação integral, que é a formação do pensamento crítico, do senso estético, de comunicação e expressão, da autogestão, da cooperação, só para citar alguns. Ao analisar as competências anunciadas, e as habilidades vinculadas a cada uma delas é possível afirmar que se trata de uma educação unilateral, ainda em defesa da manutenção do modelo social, econômico e político predominante em nosso país. Quer dizer, a BNCC está alinhada a um projeto de nação e não a um projeto de humanização. O sujeito é provocado a ser crítico, a ter empatia, a ter autonomia, porém, não para questionar o que está cristalizado, nem para refletir sobre outras formas de vida e organização social, mas sim para garantir a manutenção e fortalecimento do *status quo*.

O material aqui exposto permite-nos dizer que a BNCC foi implantada e legitimada perante muitas críticas quanto a sua defasagem para formação humana,



a partir dos estudos feitos sobre a formação integral, fica claro que a Base não fornece um aporte necessário para a omnilateralidade. Deste modo salientamos que a Base é muito tímida com relação a direitos sociais, a ações de inclusão e a questões de gênero desta forma fica inviável estabelecer uma educação integral desconsiderando as diferenças, as múltiplas culturas existentes no Brasil, infelizmente caminhamos rumo a um retrocesso.

REFERÊNCIAS

BACZINSKI, A. V. de M. Omnilateralidade como Fundamento dos Processos de Formação Humana. *In: Anais do XXI SEMANA DE PEDAGOGIA, XX ENGEIO XIV ENGESOP, I ENCONTRO LOCAL DO PDE*. 2017, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. **Anais** [...]. Francisco Beltrão, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf .

BITTENCOURT, J. Educação integral no contexto da BNCC. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 1759-1780, dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i4p1759-1780>. Acesso em: jan. 2021.

CHAVES, P. M. Uma base para a semiformação socializada: a vulgarização da crítica como estratégia de produção do consenso. **Educação em Revista**, v. 37, 2021.

GONTIJO, C. M. M. Base nacional Comum Curricular (BNCC): comentários críticos. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 2, dez. 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **Crítica da Educação e do Ensino**. Lisboa, Portugal: Moraes Editora, 1978.

MICARELLO, H. A. L. da S. A BNCC no contexto de ameaças ao estado democrático de direito. **EccoS–Revista Científica**, n. 41, p. 61-75, 2016.

SILVA, K. N. P. A educação integral no ensino médio brasileiro: proteção integral ou formação humana? **Cadernos do GPOSSHE On-line**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 226-249, 2018.

Recebido em: 30-10-2020

Aprovado em: 30-11-2021

